

PASTORAL DA TERRA

Comissão Pastoral da Terra

Edição Especial

Ano 44 – Nº 244

As ruas na luta
por direitos

Pág. 4

Cenário assustador
de destruição
humana e ambiental

Pág. 7

Número de
famílias despejadas
explode no Sul,
Centro-Oeste e Norte

Pág. 8/9

Amazônia:
violência dispara

Pág. 11

Pistolagem
parlamentar

Pág. 14

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2019



Foto: Andressa Zumpano



O campo brasileiro em ebulição

A CADA DIA
5 CONFLITOS,
3,5 MANIFESTAÇÕES.

O ano de 2019 vai passar para a história como um ano de grandes tragédias.

Logo no mês de janeiro a barragem do Córrego do Feijão, da mineradora Vale se rompeu em Brumadinho (MG): 272 pessoas enterradas vivas sob uma avalanche de lama. Povoados destruídos, pequenas lavouras e criação de animais destruídos, a água totalmente contaminada. Até hoje se ouvem os gritos de dor, os gemidos de angústia dos atingidos por esta catástrofe.

No meio do ano, o fogo destruiu florestas. O mundo todo se levantando contra a destruição da Amazônia, essencial para o equilíbrio do planeta. E fazendeiros combinando o dia do fogo.

Já perto do final do ano, o óleo invadiu o litoral de quase todos os estados o Nordeste. Afetou grandemente a vida dos ribeirinhos e pescadores artesanais.

A pior calamidade, porém, aconteceu na esfera política. Povos indígenas, comunidades tradicionais, movimentos dos povos do campo, ONGs de defesa do meio ambiente se tornaram os inimigos que tinham que ser, se não destruídos, pelo menos freados.

Brasil		
	Conflitos	Pessoas
Terra	1254	578968
Trabalho	90	883
Água	489	279172
Total Brasil	1833	859023



Foto: Ana Mendes

A Amazônia deveria ser explorada a qualquer custo pelo capital.

Foram anunciadas: a extinção de ministérios - Meio Ambiente, Trabalho, Cultura; a transferência da Funai para o Ministério dos Direitos Humanos, da Mulher e da Família; a demarcação de Terras Indígenas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

A reação da sociedade obrigou o recuo em algumas das medidas tomadas, o que

não significou mudança de orientação do governo. Nos postos-chave dos ministérios e das autarquias foram colocadas pessoas alinhadas aos interesses do agonegocio, sem preocupação com o meio ambiente e com a manutenção dos direitos dos povos indígenas.

A propriedade continuou como mais sagrada que a vida. E pode ser defendida com armas.

Resultado: nenhum assentamento criado. Nenhuma nova Terra Indígena demarcada.

E a liberação recorde de agrotóxicos, 503 novos produtos, a maior parte proibida nos países-sede das empresas que os produzem.

Emendas à Constituição e leis passaram sobre o povo trabalhador como um rolo compressor: leis trabalhistas foram flexibilizadas, a Previdência Social foi reformada com os aplausos dos donos do capital e os protestos dos trabalhadores.

Conflitos batem recorde

A agressão verbal transformada em violência

O discurso do presidente da República contra quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais, todos os que se negam a ver a terra e o território como mercadoria e a favor do capital, pode muito bem explicar o avanço da violência no campo em 2019 em relação a 2018:

14% de crescimento no número de assassinatos – de 28 para 32;
7% no de tentativas de assassinato – 28 para 30;
22% no de ameaças de morte – 165 para 201.

1.833 conflitos no campo. Número 23% maior que em 2018.

- O maior número dos últimos 15 anos. **Cinco conflitos a cada dia;**

489 conflitos pela água, 77% a mais que em 2018.

- O maior número já registrado pela CPT.

Dos 1.254 conflitos por terra:

- 1.206 com alguma forma de violência, provocada por supostos proprietários e/ou grileiros. **O maior número já registrado pela CPT nesta categoria desde 1985.**

90 conflitos trabalhistas, 883 pessoas envolvidas; 40% menos que em 2018, 745 libertadas; 27% menos que 2018.

Ações de despejo explodiram no Sul (450%), Centro-Oeste (114%) e Norte (55%).

As mulheres presentes na luta

102 mulheres sofreram violência. Desse total, 3 foram assassinadas, 47 foram ameaçadas de morte, 3 sofreram tentativa de assassinato, 5 foram presas, 15 sofreram intimidação.

A resposta veio das ruas

As ações dos movimentos sociais do campo recuaram no número de ocupações/retomadas (43) e de acampamentos (5). Em contrapartida as ruas foram o lugar onde manifestaram sua indignação e seu protesto.

1.301 Manifestações, em 2019. O maior número em toda sua série histórica da CPT. **A média de 3,5 três manifestações a cada dia.**

Indígenas, as grandes vítimas

Os efeitos da nova política se refletiram sobretudo nos povos indígenas.

35 em cada 100 famílias envolvidas nos conflitos por terra são indígenas. 49.750 de um total de 144.742 famílias;

- de 32 assassinatos – 9 são de indígenas;
- de 30 tentativas de assassinato – 9 contra indígenas;
- de 201 ameaças de morte – 39 são contra indígenas.

Eles estiveram envolvidos em 244 conflitos por terra, 20% do total.

São 31% das famílias expulsas, 9% das despejadas e 67% nas que sofreram alguma forma de invasão de sua terra, ou casa - 26.621 de 9.697.

A Amazônia pega fogo

Não são só os focos de incêndio que chamam a atenção na Amazônia. São também os números da violência.

Na Amazônia se concentraram em 2019:

- 60%** dos conflitos por terra;
- 71%** das famílias envolvidas em conflitos;
- 57%** das famílias despejadas;
- 84%** das famílias que sofreram alguma invasão de terra ou casa.

Lá também se concentraram:

- 84%** dos assassinatos, 27 de 32;
- 73%** das tentativas de assassinato, 22 das 30;
- 79%** dos ameaçados de morte 158 pessoas de um total de 201.



É uma publicação da Comissão Pastoral da Terra – ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, ed. Dom Abel, 1º andar, Centro, Goiânia, Goiás – CEP: 74030-090.

Fone: (62) 4008-6466 – **Fax:** (62) 4008-6405.

www.cptnacional.org.br / comunicacao@cptnacional.org.br

Presidente
Dom André de Witte

Vice-presidente
Dom José Lonilton

Coordenadores Nacionais
Paulo César Moreira
Jeane Bellini
Isolete Wichinieski
Ruben Siqueira

Redação
Antônio Canuto
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Jornalista responsável
Cristiane Passos (Reg. Prof.: 002005/GO)

Diagramação
Vivaldo da Silva Souza

APOIO

Brot für die Welt



ASSINATURAS

Anual R\$ 10,00.
Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Operação 003
Conta Corrente: 386-0
Comissão Pastoral da Terra
CNPJ: 02.375.913/0001-18
Para doações internacionais:
IBAN: BR95 0036 0305 0452 0000 0003 860C 1
Código Swift: CEFXBRSP
Informações cpt@cptnacional.org.br
Tiragem: 3.750 exemplares

Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2010 - 2019)

Comparação dos Conflitos no Campo Brasil (2010 - 2019)										
	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Conflitos por Terra										
Nº de Ocorrências (1)	638	805	816	763	793	771	1079	989	964	1206
Ocupações/Retomadas	180	200	238	230	205	200	194	169	143	43
Acampamentos	35	30	13	14	20	27	22	10	17	5
Total (2)	853	1035	1067	1007	1018	998	1295	1168	1124	1254
Assassinatos	30	29	34	29	36	47	58	70	25	28
Pessoas Envolvidas	351935	458675	460565	435075	600240	603290	686735	530900	590400	578968
Hectares	13312343	14410626	13181570	6228667	8134241	21387160	23697019	37019114	39425494	53313244
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	204	230	168	141	131	80	68	66	86	89
Assassinatos	1			1						
Pessoas Envolvidas	4163	3929	2952	1716	2493	1760	751	530	1465	880
Superexploração	38	30	14	13	10	4	1		3	1
Assassinatos	1			2		1	1		2	3
Pessoas Envolvidas	1643	466	73	142	294	102	2		12	3
Total Conf. Trab. (4)	242	260	182	154	141	84	69	66	89	90
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	87	68	79	93	127	135	172	197	276	489
Assassinatos	2		2			2	2	1	1	1
Pessoas Envolvidas	197210	137855	158920	134835	214075	211685	222355	177090	368465	279172
Outros (3)										
Nº de Conflitos	4		36	12						
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	4450		26005	1350						
Total dos Conflitos no Campo Brasil										
Nº de Conflitos	1186	1363	1364	1266	1286	1217	1536	1431	1489	1833
Assassinatos	34	29	36	34	36	50	61	71	28	32
Pessoas Envolvidas	559401	600925	648515	573118	817102	816837	909843	708520	960342	859023
Hectares	13312343	14410626	13181570	6228667	8134241	21387160	23697019	37019114	39425494	53313244

Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino - CPT - 14/04/2020

(1) Os dados do nº de ocorrências referem-se aos despejos, expulsões, ameaças de despejos e de expulsões, bens destruídos, pistolagem, invasões etc.

(2) Em 2019, foram registrados 1.254 no total de ocorrências de conflito por terra. Numa mesma área, um conflito pode ter desdobramentos diversos. Cada um deles corresponde a uma ocorrência. Neste ano, as áreas ou localidades em conflito somam 930. Para saber as Áreas em Conflito, ver no site www.cptnacional.org.br

(3) Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2019

As ruas na luta por direitos

Um dos dados que chamam a atenção nos registros que a CPT fez em 2019 é em relação às manifestações. Foram registradas 1.301, média de 3,5 por dia. Um aumento de 142% em relação a 2018, que teve o registro de 538. É também o maior número já registrado pela CPT nas 34 edições de Conflitos no Campo Brasil.

Mobilizações em torno a grandes temas
As mobilizações giraram em torno aos seguintes temas:

Terra – **516**
Trabalhistas – **359**
Água – **184**
Questão indígena – **226**
Direitos Humanos – **9**
Questão Quilombola – **6**
Questões ambientais – **1**

Onde se realizaram:
122 – no Centro-Oeste
516 – no Nordeste
189 – no Norte
251 – no Sudeste
223 – no Sul.

● Terra

O maior número de manifestações foi em torno do tema Terra (516). No ano em que ocupações/retomadas e acampamentos atingiram o seu menor número, poderia se pensar que a questão da terra estava perdendo centralidade nas lutas dos camponeses. As manifestações mostram o contrário. Num cenário de aumento da violência e de perseguição aos movimentos sociais populares, mudou-se a estratégia.

O Nordeste concentrou o maior número (184). Por quê?

- Na região há uma tradição de lutas pela terra.
- A região concentra a maior população rural do Brasil.
- 59,4% dos estabelecimentos com menos de 10 hectares lá se encontram.

● Questões trabalhistas

Foi também no Nordeste onde se registrou o maior número de manifestações em torno às Questões trabalhistas (235).

Toda a discussão sobre a Reforma da Previdência lá encontrou forte ressonância, pois grande parte das famílias camponesas sobrevivem com o que recebem de aposentadoria.

● Direitos Humanos

As mobilizações em torno ao tema Direitos Humanos, relativamente poucas, concentraram-se no Centro-Oeste (4), Nordeste (4) e uma no Sudeste.

● Quilombolas

Também as manifestações relativas aos Quilombolas foram relativamente poucas (6). Duas no Sudeste, duas no Sul, uma no Centro-Oeste e uma no Nordeste.

Quanto a manifestações relacionadas às Questões Ambientais ocorreu somente uma, no Sudeste.

As manifestações por estados

O gráfico ao lado mostra a distribuição das manifestações pelos estados da Federação: Bahia está em primeiro lugar, com 162; em segundo lugar, Minas Gerais com 131; a seguir o Rio Grande do Sul com 104, Paraná com 91, Maranhão com 84, Pernambuco com 80, Pará com 78 e São Paulo com 77.



Foto: Andressa Zumpano

A resistência em ação

A análise das manifestações se enquadra tradicionalmente na CPT no âmbito das Ações de Resistência dos povos e movimentos do campo, junto com Ocupações/Retomadas e Acampamentos.

Os autores sugerem incorporar às lutas de resistência, as lutas efetuadas por povos, grupos e/ou comunidades contra a expulsão e os despejos.

Eles entendem que as ameaças e tentativas de expulsão e despejo revelam mais que a violência sofrida pelos povos do campo. Revelam um processo intenso de re-existência-territorial, uma vez que indicam que despejos e expulsões que não se concretizaram foram frustrados pela re-existência camponesa. Esta ação dos camponeses eles denominam de Defesa-Territorial.

Vejam os números em 2019:

Total de registros de expulsão, despejo, ameaças ou tentativas de expulsão ou de despejo = 616.

Ocorrências de expulsão ou despejo = 122.

Tentativas / ameaças de expulsão ou de despejo = 495.

De cada 100 ocorrências, 80 não atingiram o resultado final almejado.

No caso de Expulsão:

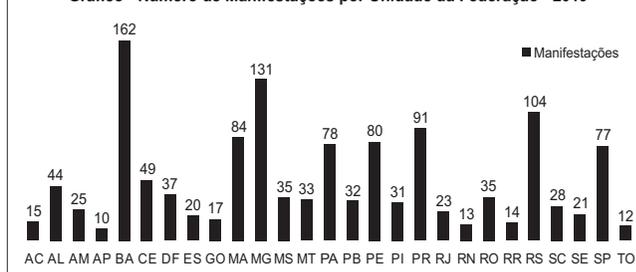
De cada 100, só 6 se concretizaram; 94 se frustraram.

No caso de despejos:

De cada 100, 29 se concretizaram; 71 se frustraram.

A frustração de expulsões e despejos bem que podem ser creditadas na conta da resistência camponesa.

Gráfico - Número de Manifestações por Unidade da Federação - 2019



Fonte: Cedoc Dom Tomás Balduino-CPT

Para onde olhar

Temos a tentação de esperar do Estado a solução dos problemas.

Os autores, porém, nos alertam que ao olhar para cima, para o lugar reservado ao Estado, corremos o grande risco:

- De não reparar o caminho, de não olhar para frente;
- de não olhar para o lado e ver quem caminha conosco;
- de não olhar para trás, negligenciando a memória das lutas, dos/as mártires e deixando de fazer a importantíssima pergunta ao tempo sobre o que ele tem para nos ensinar;
- de não olhar para baixo, invisibilizando as diversas localidades em processo de defesa territorial.

O tema das manifestações foi analisado por Flávio Marcos Gonçalves de Araújo, José Plácido da Silva Junior, Marluce Cavalcanti de Melo Thorlby e Renata Costa Cezar de Albuquerque, todos da CPT.

Manifestações

UF	No de Ocorrências	Pessoas
Centro-Oeste		
Distrito Federal	37	2025
Goiás	17	80
Mato Grosso do Sul	35	2780
Mato Grosso	33	4431
Subtotal	122	9316

Nordeste		
Alagoas	44	8245
Bahia	162	47920
Ceará	49	7590
Maranhão	84	5989
Paraíba	32	19805
Pernambuco	80	9130
Piauí	31	6745
Rio Grande do Norte	13	420
Sergipe	21	607
Subtotal	516	106451

Norte		
Acre	15	780
Amazonas	25	3291
Amapá	10	310
Pará	78	9246
Rondônia	35	6840
Roraima	14	3243
Tocantins	12	1960
Subtotal	189	25670

Sudeste		
Espírito Santo	20	1190
Minas Gerais	131	34723
Rio de Janeiro	23	150
São Paulo	77	13262
Subtotal	251	49325

Sul		
Paraná	91	29359
Rio Grande do Sul	104	10771
Santa Catarina	28	12820
Subtotal	223	52950
Brasil	1301	243712

Olhando a tabela:

● Água

O maior número de mobilizações em torno da Água se deu no Sudeste (79). O rompimento da Barragem do Córrego do Feijão, em Brumadinho, MG, explica a concentração nesta região e também porque Minas Gerais registrou 131 manifestações. Em segundo lugar vem o Nordeste com 57 mobilizações em torno à água. Muitas delas relacionadas a outro desastre ambiental, o derramamento de óleo de um navio, que atingiu grande parte do litoral nordestino.

● Questão Indígena

As mobilizações em torno à Questão indígena tiveram seu foco maior no Norte, 79, onde se concentra a maior parte das terras indígenas. Em seguida vem o Centro-Oeste, 49 manifestações. A maioria na capital federal. Foi intensa a movimentação indígena em defesa de seus direitos.

Sem reforma agrária não se combate o trabalho escravo

O trabalho escravo é uma praga que teima em permanecer.

Todos os anos a CPT registra os casos da exploração do trabalho nas atividades rurais que chegam ao seu conhecimento. Registra também as ações desenvolvidas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM), conhecido como Grupo Móvel, a quem a CPT repassa as informações que toma conhecimento.

O que temos assistido nos últimos anos é uma diminuição considerável do número de casos registrados.

Esta diminuição se tornou mais drástica de 2015 a 2019. A média anual dos casos registrados entre 2010 e 2014 era de 197,2. Já de 2015 a 2019 esta média caiu para 78,8.

Em relação a 2018 o número de casos de trabalho escravo teve um leve aumento de 86 para 89. Mas houve um declínio considerável no número de pessoas envolvidas.

Em 2018, foram 1.465 pessoas flagradas em situação de escravidão, destas 945 foram resgatadas.

Em 2019, 880 pessoas, em situação de escravidão, - 40%; 745 resgatadas, - 21%.

O Brasil avança

O Ministério Público Federal MPF registrou, entre 2010 e 2014, um aumento de 800% nos procedimentos extrajudiciais instaurados. As ações penais quase dobraram. Mas, a partir de 2015, este trem que avançava rápido começou a descarrilar.

O Estado brasileiro passou a apostar na desregulação de direitos dos trabalhadores e foi diminuindo a ação dos servidores que combatiam esta praga. Por isso, a permanência da exploração dos trabalha-

Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia



dores, inclusive de menores. Em 2018, 27 menores foram encontrados em situação de trabalho escravo e em 2019, 13.

Alguns setores do capital agrário não têm limites. No caso de trabalho infantil, preferem correr riscos de denúncias e processos a perderem a margem dos seus ganhos.

De cada três, somente um fiscal está em atividade

A diminuição do número de fiscais foi denunciada pela entidade Auditores Fiscais do Trabalho (AFT):

Os representantes dos Auditores Fiscais do Trabalho (AFT) têm denunciando desde 2018 que estão com falta de servidores para execução das atividades de fiscalização. De acordo com o site "Folha Dirigida" o "[...] cargo de auditor fiscal do trabalho conta com 6.276 vagas. Deste total 3.057 estão aposentados, 1.065 inativos e apenas 2.154 em exercício. A maior concentração de servidores localiza-se no Sudeste com 34% da força de trabalho. As regiões Norte e Nordeste têm apenas 23,9% dos servidores". O setor está com déficit de 1.250 vagas e não obtém autorização para realização de concursos.

Não só o número de fiscais diminuiu, diminuíram também os recursos para a realização do trabalho.

O orçamento de 2019 previa 70,4

milhões de reais, para as atividades.

O orçamento enviado pelo governo Bolsonaro para o ano de 2020 é de 26 milhões. Menos 63%.

Dá para entender por que o trabalho escravo não acaba?

O trabalhador assalariado do campo é invisível e descartável, diz o professor Pietrafesa.

O trabalhador rural assalariado está na linha limite de sobrevivência. A sociedade não "se importa" com ele, não o "vê". É totalmente descartável. Nem toma conhecimento de como muito do que usa é fruto de uma exploração sem tamanho do que os trabalhadores e trabalhadoras produzem.

Sem reforma agrária não se combate o trabalho escravo

Foi o que disseram os participantes do Seminário sobre Trabalho Escravo, organizado pela CPT, em Araguaína (TO), entre 30 de se-

tembro de 2 de outubro:

Não se combate o trabalho escravo sem combater a concentração fundiária e sem pensar em novas possibilidades de vida digna que garantam às comunidades autonomia e bem viver. Não se combate o trabalho escravo sem reforma agrária.

Qual o remédio?

O antídoto para combater esta exploração é apostar na formação e organização dos trabalhadores que os levem a agir e pensar.

Por isso, a vivência no movimento social é humanizadora. "E só é humanizadora quando acende a inquietude do ser, quando busca a superação da degradação humana", diz Pietrafesa.

Conflitos Trabalhistas

UF	Trabalho Escravo				Superexploração				Total UF	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatado	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia
Centro-Oeste										
DF										
GO										
MS	7	44	37						7	44
MT	5	16	16	1					5	16
Subtotal	12	60	53	1					12	60
Nordeste										
AL										
BA	5	31	6						5	31
CE										
MA	8	76	59	4					8	76
PB	3	20	20						3	20
PE	3	32	15	2					3	32
PI	7	105	105						7	105
RN	3	24	18						3	24
SE										
Subtotal	29	288	223	6					29	288
Norte										
AC										
AM										
AP										
PA	11	68	56	2	1	3			12	71
RO	3	39	34						3	39
RR	3	16	16						3	16
TO	1	4	4						1	4
Subtotal	18	127	110	2	1	3			19	130
Sudeste										
ES	1	1	1						1	1
MG	25	392	346	4					25	392
RJ										
SP										
Subtotal	26	393	347	4					26	393
Sul										
PR	1	5	5						1	5
RS	2	2	2						2	2
SC	1	5	5						1	5
Subtotal	4	12	12						4	12
Brasil	89	880	745	13	3	1			90	883

Média de casos registrados em Conflitos Trabalhistas

2000 a 2014 - 197,2.

2015 a 2019 - 78,8.

2018 - 86 casos - 1.465 pessoas - 945 resgatadas; 27 menores.

2019 - 89 casos - 880 pessoas - 745 resgatadas - 13 menores.

Uma boa notícia?

O professor José Paulo Pietrafesa, no texto escrito para o *Conflitos no Campo Brasil 2019*, Trabalho e Condições Humanas, diz que olhando somente a diminuição dos números se poderia imaginar: "Que bom! O Brasil está vencendo o drama da escravidão". Mas não é bem isso o que está acontecendo.

Não é a exploração do trabalho em condições de trabalho escravo que está diminuindo.

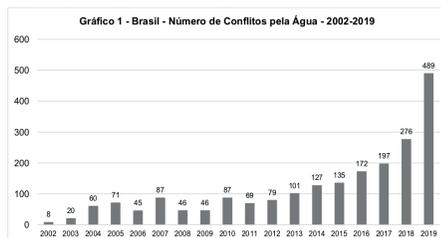
O que diminuiu consideravelmente foi a ação do Estado no combate a esta praga.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2019

A destruição da vida revelada nos Conflitos pela Água em 2019

Uma das grandes fontes de conflito no campo gira em torno à água. Em 2019, o número de conflitos pela água disparou - 489 conflitos, envolvendo 69.793 famílias - 77% a mais em número de conflitos, em relação a 2018.

É o maior número de conflitos pela água já registrado pela CPT.



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino (2019)/ Elaboração: COSME, C. M.

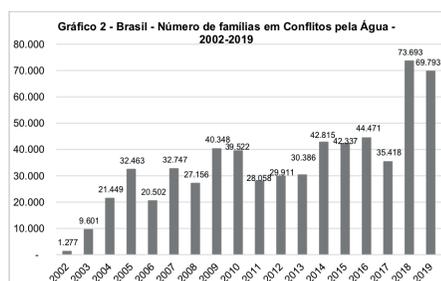
Preste atenção!

De 2002 a 2014, a média anual era de 65 conflitos, compreendendo 27,5 mil famílias.

De 2015 a 2019, a média chegou a 254 conflitos, aproximadamente 53 mil famílias.

O crescimento corresponde ao período em que se tramava e se executava o golpe contra a Presidente Dilma Rousseff, e assumia a presidência Michel Temer.

De 2017 para 2018, os conflitos passaram de 197 para 276. Atingiram seu ápice no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro, 489!



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino (2019)/ Elaboração: COSME, C. M.

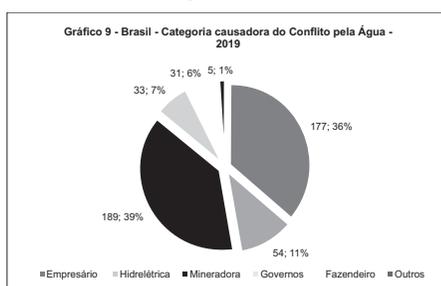
Quem provoca os conflitos

Os Conflitos pela água são provocados pela mineração, por empresários de diversos setores, por hidrelétricas e pela ação ou omissão dos governos federal, estaduais e municipais.

Dos 489 conflitos registrados em 2019,

- 189 foram provocados pela mineração, 39%;
- 177 por empresários, 36%;

- 54 por hidrelétricas, 11%;
- 33 por governos, 7%.



Fonte: CEDOC Dom Tomás Balduino (2019)/Elaboração: COSME, C. M.

Nos conflitos provocados pela mineração, houve 40 casos com uso de violência: agressão (6);

- contaminação por mercúrio (7);
- ameaças de morte (4);
- danos (5);
- humilhação (3);
- intimidação (2);
- mortes em consequência de conflito (8);
- omissão ou conivência (5).

Os estados com maior número de conflitos

Três estados, Minas Gerais, Bahia e Sergipe, somam juntos 61%, 298 do total de conflitos.

Minas Gerais, 128
Bahia, 101
Sergipe, 69.

Em Minas Gerais, 91,4% (117) conflitos foram causados por mineradoras nacionais ou internacionais. Entram nesta conta, a tragédia do rompimento da barragem de Feijão, em Brumadinho, como ainda os conflitos em consequência do rompimento da barragem do Fundão, no Distrito de Bento Rodrigues, município de Mariana, ocorrido em 2015.

Na Bahia, os empresários internacionais, ligados à exploração petrolífera - conflitos decorrentes do vazamento de óleo - ocupam o primeiro lugar com 40,5% (41) seguidos pelas mineradoras nacionais ou internacionais, com 32,6% (33), e dos



Foto: Thomas Bauer - CPT Bahia

fazendeiros, com 22,7% (23), juntos somam 95,8%.

No Sergipe, em 100% dos casos, empresários nacionais ou internacionais foram os causadores da ação. Foi um dos estados nordestinos mais prejudicado com o vazamento de óleo em suas praias.

Os que mais sofrem

Entre os que estão envolvidos em conflitos pela água:

- 41% são pescadores (199 casos);
- 22% são ribeirinhos (106 casos);
- 9% são pequenos proprietários (43 casos);
- 6% são quilombolas (31 casos).

“Os Conflitos pela Água ocorrem no cotidiano das comunidades, em sua maioria passando de forma invisível pela grande mídia. Trata-se de conflitos que se inserem na longa e incansável luta da classe camponesa, dos indígenas e quilombolas no campo brasileiro pelo enraizamento no lugar, muitas das vezes um território - assentamento, reserva indígena, comunidade quilombola - conquistado a duras penas no enfrentamento ao latifúndio, à mineradora, à hidrelétrica ou ao próprio Estado. Uma resistência estrutural pela água, para garantir a própria existência social coletiva desses sujeitos”, diz o professor Claudemir Martins Cosme, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas (IFAL), Campus Piranhas, que analisou os conflitos pela água em 2019.

“O fetiche do progresso tecnológico desmancha-se, em meio à lama e ao óleo, materializando, contraditoriamente, a destruição da vida em todas as dimensões no espaço agrário do país” (Claudemir Martins Cosme).

Conflitos pela Água

UF	No de Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste		
DF		
GO	5	105
MS	4	200
MT	4	311
Subtotal	13	616
Nordeste		
AL	4	2220
BA	101	12930
CE	8	892
MA	5	2015
PB	15	4196
PE	15	6386
PI	8	113
RN	9	280
SE	69	3087
Subtotal	234	32119
Norte		
AC		
AM	2	242
AP	3	520
PA	34	4006
RO	21	6667
RR		
TO	4	76
Subtotal	64	11511
Sudeste		
ES	32	3389
MG	128	8352
RJ	4	
SP	6	2220
Subtotal	170	13961
Sul		
PR	3	1923
RS		
SC	5	9663
Subtotal	8	11586
Brasil	489	69793

BRUMADINHO

Cenário assustador de destruição humana e ambiental

2019 ficará marcado na memória do país pela tragédia do rompimento da barragem do Feijão, em Brumadinho (MG).

A mineradora Vale despejou no meio ambiente 12 milhões de m³ de rejeitos da mineração de ferro, configurando o maior acidente trabalhista do Brasil, o segundo no mundo. Foram contabilizadas 272 mortes de pessoas enterradas vivas, trabalhadores da mineradora e da população do entorno por onde a avalanche de lama passou. Para os sobreviventes, aquele dia 25 nunca passou e nem vai passar.

Foi um cenário assustador de destruição humana e ambiental.

Isso nos contam Ionne de Cássia Bandeira Rochael e Eduarda Souza, militantes do Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM, em Brumadinho (MG), no texto escrito para o *Conflitos no Campo Brasil 2019*.

Famílias destroçadas

Famílias inteiras ficaram destroçadas pela perda de entes queridos. Onze delas ainda não puderam sepultar seus mortos que continuam soterrados. Duas crianças (Ana Elisa e Lourenço) que estavam nos ventres de suas mães mortas não tiveram a chance de nascer.

“Por todo o território de Brumadinho não há um só coração que não esteja quebrado. Todos perderam pai, mãe, tio, filho, alunos, vizinho. O meu filho do coração se foi” (Rosângela Flores, professora e moradora de Brumadinho).

“Quando meu neto chegou falando: ‘Arrumei um serviço na Vale, vó!’ - fiquei tão feliz, mas hoje quando olho pra lá e só vejo destruição, tudo assim acabado, me dá uma tristeza, lembro do meu neto”. (Dona Carmen, moradora do Córrego do Feijão, faleceu de desgosto cinco meses após o rompimento da barragem).



Foto: Andressa Zumpano

Eliminação de todos os direitos humanos e da natureza

Um ano depois, é forçoso avaliarmos as consequências e outras implicações do crime (reincidente, vide Mariana 2015) da Vale S. A. e suas associadas e congêneres.

Na conjuntura atual de queda do preço das commodities, as mineradoras tendem a acelerar o processo de exploração do minério para manter e até aumentar o lucro. Para isso:

- eliminam procedimentos de segurança;
- pressionam agências públicas de licenciamento para liberar o mais rápido possível os empreendimentos;
- apresentam laudos fraudulentos e avaliações incompletas que não mostram para a sociedade os reais riscos e impactos socioambientais do projeto.

Com isso se agrava o risco de todas as formas de vida existentes na região a minerar.

Quando uma barragem de rejeitos minerários se rompe é a expressão terminal e monstruosa da eliminação de todos os direitos humanos e da natureza a que a mineradora responsável

chegou. Não restando mais direitos a serem usurpados, ela tira a vida e, para quem fica, deixa o rastro de lama, contaminação e destruição que inviabiliza os modos de reprodução da vida.

Reinventar a vida e a luta

A vida se converte agora em tentativas de re-inventar outros modos de produção, novas moradias e formas de lazer, no Córrego do Feijão, no Parque da Cachoeira e em outras comunidades de Brumadinho. As pessoas passam muito tempo fora de casa em luta, em audiências, fóruns, reivindicando direitos que a Vale continua negando, ou concedendo poucas e insuficientes medidas paliativas.

Comunidades dependem de doação de garrafas de água mineral para beber e de ajuda emergencial que não contempla a renda que os produtores tiravam de suas hortas, lavouras, criatórios de animais e outras atividades econômicas.

A terra e o ar estão contaminados, continua a mortandade de animais, as pessoas adoecidas, sem perspectivas, sem assistência médica e ganho suficiente para o sustento de suas famílias. Perderam moradia, água, trabalho, respeito. A dor de quem, em Brumadinho, perdeu tudo em poucos minutos não é diferente das outras comunidades atingidas.

Aldeia indígena e assentamentos têm direitos negados

Na margem direita do rio Paraopeba, que foi totalmente contaminado, a 16 km de Brumadinho, se encontram uma aldeia dos indígenas Pataxó e dois acampamentos de sem-terra ligados ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Pátria Livre e Zequinha Nunes. Nestes, mais de mil famílias viviam do cultivo da terra e dependiam diretamente do rio para a agricultura orgânica de subsistência e comercialização do excedente nas feiras livres da região. De todos os atingidos pelos crimes da Vale, os acampados e os indígenas são os que mais sofrem racismo ambiental, com a total negação do reconhecimento de seus direitos pela empresa.

O clamor pelos direitos

Imersos no sofrimento pelas perdas de familiares, os moradores de Brumadinho saem em procissão pelas ruas da cidade com velas e fotos dos parentes mortos, na companhia do bispo auxiliar de Belo Horizonte, dom Vicente Ferreira, em protesto e clamor pelos direitos soterrados pela Vale.

“Toda rotina, conceitos e realidades foram rompidos, quebrados junto com a barragem. Me formei em Relações Internacionais um dia antes do rompimento, pensando nessa formação técnica para trabalhar na Vale. Na minha infância, minha alegria era desenhar trenzinhos, ouvir o barulho deles. Nos encontros eu falava com muito orgulho que nasci em uma cidade minerária; nunca me importei com a lógica que o trem vai cheio e volta vazio, com a modificação da paisagem – isso tudo era naturalizado dentro de mim até aquele dia” (Marina, moradora de Brumadinho).

CONFLITOS NO CA

Número de famílias despejadas exp

A CPT, no capítulo destinado a registrar os conflitos por terra os divide em duas categorias:

1. Conflitos decorrentes da ação de grileiros, proprietários ou supostos proprietários.
2. Ações de movimentos sociais populares que agem no sentido de conquistar um espaço para produzir o necessário para seu sustento e o da família.

Os conflitos decorrentes da ação dos proprietários são os que estão inseridos na tabela sob o título Conflitos por terra, Ocorrências.

Os conflitos que se originam das ações dos movimentos sociais são registrados como Ocupações/Retomadas e Acampamentos. É dessa forma que aparecem na tabela.

As Ocorrências de Conflitos que são os conflitos decorrentes da ação de grileiros, proprietários e ou supostos proprietários se caracterizam por: expulsão ou despejo das famílias que ocupam uma determinada área, por ameaças de expulsão ou de despejo, pela destruição de casas, roças e outros bens, pela presença e ação de pistoleiros. É assim que aparecem na tabela Violência contra a Ocupação e a Posse.

Estas ocorrências vêm, muitas vezes, acompanhadas de diversas formas de violência que aparecem na tabela Violência contra a pessoa:

- Assassinatos,
- Tentativas de Assassinato,
- Ameaças de Morte,
- Torturas,
- Prisões,
- Agressões e
- Mortes em Consequência.

As ações dos movimentos se dividem em ocupações/retomadas e acampamentos.

Ocupações/Retomadas – quando famílias entram numa área que querem que lhes seja destinada, ou tentam retomar uma área da qual foram expulsas.

Acampamentos – quando famílias montam barracas próximas de uma área que querem ver desapropriada, ou às margens de uma estrada, esperando a ação do governo para assentá-las em alguma área.

Violência Contra a O

UF	Ocorrências*	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaça de Despejo
Centro-Oeste						
DF						
GO	29	3226	286351		101	
MS	37	6187	49716	200		
MT	86	15346	4847161	11	3359	
Subtotal	152	24759	5183228	211	3460	3
Nordeste						
AL	21	803	3580		647	
BA	139	9746	769489	170	1061	
CE	5	1698	3784		30	
MA	174	15342	2027998	100	22	
PB	20	2753	17950			
PE	49	4423	19583	1	135	
PI	18	296	1200	7	45	
RN	4	492	800	300	60	
SE						
Subtotal	430	35553	2844384	578	2000	4
Norte						
AC	88	6809	1198216		160	
AM	52	11376	12867467		900	
AP	43	1668	818418		49	
PA	150	30043	13625373	104	333	
RO	82	7042	2879346		864	
RR	28	12530	12181739		5	
TO	45	2578	1409729	80	185	
Subtotal	488	72046	44980288	184	2496	13
Sudeste						
ES	9	1668	154372		220	
MG	34	2306	23029		435	
RJ	9	387	5600		15	
SP	36	4149	35767	2	1175	
Subtotal	88	8510	218768	2	1845	4
Sul						
PR	72	2725	13239	69	561	
RS	12	107	19353			
SC	12	1042	53283			
Subtotal	96	3874	85875	69	561	1
Brasil	1254	144742	53312543	1044	10362	25

Conflitos por terra crescem

Em 2019, o total dos conflitos por terra somam 1.254 conflitos, 12% a mais do que em 2018, 1.124 conflitos. O número de famílias envolvidas é 144.742, 23% maior que em 2018 – 118.080.

Este total é dividido em:

- 1.206** – Ocorrências
- 43** – Ocupações/Retomadas
- 05** – Acampamentos.

As Ocorrências

Foram 25% maior que no ano anterior, 964.

O número de ocupações é 70% e o de acampamentos 71% menores que 2018.

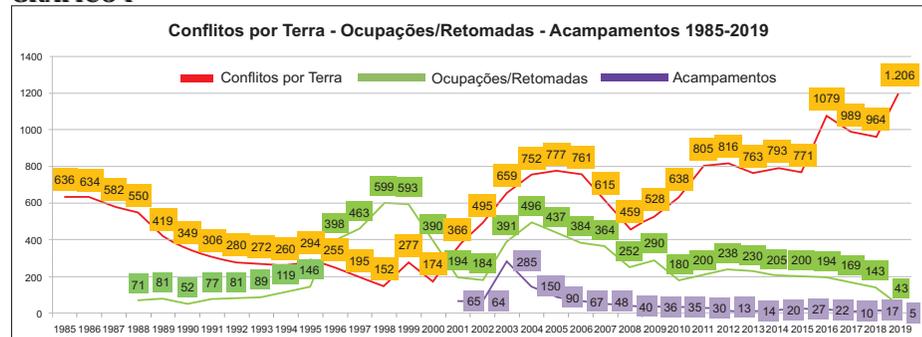
1.206 OCORRÊNCIAS DE CONFLITO POR TERA EM 2019
3,3 conflitos por terra a cada dia.

- Maior número registrado de conflitos nesta categoria, em toda a série histórica da CPT.
- Maior número de hectares em conflito – 53.312.543, em toda a série histórica e 35% maior que em 2018.
- 144.742 Famílias envolvidas.

Os números de **ocupações/retomadas** e **acampamentos** são os menores já registrados pela CPT em toda a série histórica.

O gráfico 1 mostra o que dizemos

GRÁFICO 1



A linha na cor amarela são as Ocorrências que são os conflitos que envolvem violência contra as comunidades, causados por grileiros, proprietários, empresários e cia. A verde corresponde a ocupações/retomadas. A lilás indica os acampamentos de sem terra.

Ocupações/Retomadas e Acampamentos são ações feitas por movimentos de luta pela terra.

As ocupações passaram a ser registradas no ano de 1988. Os acampamentos em 2001.

Podemos ver no gráfico que de 1996 a 2001 as ocupações eram mais que as ações dos fazendeiros.

Foi então que vieram os decretos do governo FHC, proibindo que uma terra ocupada fosse desapropriada.

A partir daí as ações dos fazendeiros voltaram a ser em número maior. E os movimentos tomaram a decisão de criar acampamentos para forçar a desapropriação de terras.

No gráfico a gente vê que a partir de 2001, as ações dos fazendeiros crescem, mas o impulso maior se dá de 2016 em diante. 2016 foi o ano em que a presidenta Dilma foi afastada da presidência. Os fazendeiros se consideraram poderosos.

De 2016 a 2019 – Média de 1.059 conflitos por ano
De 2011 a 2015, a média era de 789.

Enquanto isto as ações dos movimentos foram minguando.

Distribuição dos conflitos por terra por região geográfica

A tabela abaixo mostra a distribuição dos conflitos por terra por região geográfica:

Região	2018	2019
Centro-Oeste	93	152
Nordeste	456	430
Norte	392	488
Sudeste	131	88
Sul	52	96

As regiões Norte, Centro-Oeste e Sul apresentaram crescimento no número de conflitos em relação a 2018.

Nordeste e Sudeste tiveram números menores.

Os estados com maior número de registros de conflitos por terra foram:

- Maranhão, 174,
- Pará, 150 e
- Bahia, 139.

Foi na Amazônia que se concentraram:

- 60%** dos Conflitos por Terra,
- 71%** das famílias envolvidas
- 82%** das famílias despejadas.

Foto: João Zinclar



Ações de despejo dispararam no Sul, Centro-Oeste e Norte.

Em 2019, o número de famílias expulsas, pelos 'ditos donos das terras' diminuiu, em relação a 2018.

Também diminuiu o número de famílias despejadas. Mas as ações de despejo pela justiça aumentaram em 16%.

	Ocorrências Despejos e Expulsões 2019-2018					
	2019	2018	2019	2018		
	OCOR. EXP.	OCOR. EXP.	OCOR. DESP.	OCOR. DESP.		
CO	2	5	-60%	15	7	114%
NE	6	2	200%	30	33	-9%
N	6	7	-14%	34	22	55%
SE	1	4	-75%	16	27	-41%
SUL	1	2	-50%	11	2	450%
Brasil	16	20	-20%	106	91	16%

Estas ações explodiram: em 450%, no Sul – 2 em 2018, 11 em 2019; em 114%, no Centro-Oeste – 7 em 2018, 15 em 2019;

em 55% no Norte, 22 em 2018; 35 em 2019. No Nordeste e no Sudeste, as ações de despejo foram menores em 9% e 41%, respectivamente, em relação 2018.

Famílias despejadas

No **Centro-Oeste**, houve um aumento de 316%, no número de famílias despejadas - 831 em 2018;

MPO BRASIL 2019

Explode no Sul, Centro-Oeste e Norte

Ocupação e a Posse

UF	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Rochas Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem	Invasão
171	824					76
1520	640	1			315	315
1464	1889	161	70	1125	2068	2288
1155	3353	162	70	1125	2383	2679
127	100	53	78	53	100	
1161	3567	309	146	1220	1413	3338
30	10	10	30	30		
869	1256	168	220	149	918	5398
744	185		59			23
1171	1600	129	623	427	1361	673
92	295				41	
32	100				100	32
1226	7113	669	1156	1879	3933	9464
1531	3260	7	10	186	948	1002
2343	525	201	47	1	307	8252
198	165	41	80	80		896
4569	1104	25	282	303	1222	5922
2761	227	9	1	463	322	1488
97	300	8	5	125	120	7858
499	101	115	94	106	40	98
998	5682	406	519	1264	2959	25516
270					20	1200
1945	449	106	67	536	805	829
227	145					
1776	75	403	400	405	50	
1218	669	509	467	941	875	2029
1682	445	80		560		
105	22				21	
162	5			5		9
1949	472	80		565	21	9
1546	17289	1826	2212	5774	10171	39697

3.460 em 2019.

No Sul, o aumento foi de 124% - 250 em 2018; 561 em 2019.

No Norte, o crescimento foi de 8% - 2.305 em 2018; 2.496 em 2019.

Estados com os maiores números de famílias despejadas em 2019

Mato Grosso - 3.359

São Paulo - 1.175

Bahia - 1.061

Amazonas - 900

Rondônia - 864

Paraná - 561

Minas Gerais - 435

A violência não dá trégua

Em 2019 assistimos a um aumento da violência contra a pessoa.

Assassinatos - 32 pessoas; 14% maior que em 2018, 28.

Tentativas de Assassinato - 30; 7% maior que 2018, 28.

Ameaças de Morte - 201; 26% maior que em 2018, 165.

É assim a distribuição dos assassinatos por região geográfica:

Norte - 20

Nordeste - 6

Centro-Oeste - 4

Sudeste - 1

Sul - 1

O Pará registrou o maior número - 12, seguido do Amazonas com 6, Maranhão, 4 e



Foto: Ana Mendes

Mato Grosso, 3.

28 assassinatos aconteceram no contexto dos Conflitos por Terra; 1 nos Conflitos por Água; 3 nos Conflitos Trabalhistas.

Tentativas de Assassinato

12 no Centro-Oeste (10 no Mato Grosso)

8 no Nordeste (4 no Maranhão)

8 no Norte (5 no Pará)

2 no Sudeste (São Paulo).

Ameaças de Morte

18 no Centro - Oeste

58 no Nordeste

116 no Norte

6 no Sudeste

3 no Sul

Destacam-se:

No Norte - Pará (39), Acre (30),

Amazonas (22), Rondônia (18).

No Nordeste - Maranhão (29), Bahia

(17), Piauí (6).

No Centro-Oeste - Mato Grosso (14).

No Sudeste - Minas Gerais (4).

No Sul - Paraná (3).

As mulheres presentes na luta

102 mulheres sofreram alguma forma de violência:

3 foram assassinadas,

47 foram ameaçadas de morte,

3 sofreram tentativa de assassinato,

5 foram presas,

15 sofreram intimidação...

As demais sofreram alguma outra forma de agressão.

De cada três famílias em conflito por terra uma é indígena

Nos conflitos por terra, em 2019, estiveram envolvidas 144.742 famílias. Deste total 49.750 famílias eram indígenas, 35%. Foi a categoria com o maior número de famílias envolvidas na luta pela terra. Depois deles vieram os posseiros que somaram 29.257 famílias, e os quilombolas com 13.687 famílias.

Eles estiveram envolvidos em 244 ocorrências de conflitos por terra, 20% das ocorrências. (Na página 10 você terá maiores detalhes sobre a violência contra os indígenas).

Conflitos por Terra

UF	Conflitos por Terra*		Ocupações/Retomadas		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste								
DF								
GO	28	3226	1	100			29	3226
MS	35	6037	2	350			37	6187
MT	83	15355	3	402			86	15346
Subtotal	146	24618	6	852			152	24759
Nordeste								
AL	19	803	2				21	803
BA	130	9351	8	685	1	120	139	9746
CE	4	1548	1	150			5	1698
MA	173	15342	1	60			174	15342
PB	20	2753					20	2753
PE	48	4173	1	250			49	4423
PI	18	296					18	296
RN	4	492					4	492
SE								
Subtotal	416	34758	13	1145	1	120	430	35553
Norte								
AC	85	6809	3	488			88	6809
AM	52	11376					52	11376
AP	42	1668	1	30			43	1668
PA	143	30031	6	182	1	13	150	30043
RO	81	7042	1	12			82	7042
RR	27	12530	1	100			28	12530
TO	43	2378	2	240			45	2578
Subtotal	473	71834	14	1052	1	13	488	72046
Sudeste								
ES	7	1518	2	150			9	1668
MG	32	2306	2	72			34	2306
RJ	9	387					9	387
SP	32	3510	1	80	3	931	36	4149
Subtotal	80	7721	5	302	3	931	88	8510
Sul								
PR	70	2710	2	15			72	2725
RS	10	105	2	80			12	107
SC	11	1042	1	30			12	1042
Subtotal	91	3857	5	125			96	3874
Brasil	1206	142788	43	3476	5	1064	1254	144742

Violência Contra a Pessoa

UF	Conflitos*	Pessoas envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF									
GO	34	13324						1	10
MS	48	25592	1	2		4	2	3	9
MT	95	62644	3	10	3	14		1	9
Subtotal	177	101560	4	12	3	18	2	5	28
Nordeste									
AL	25	12092							
BA	245	90735	1	3		17		15	21
CE	13	10360				2			
MA	187	69504	4	4	1	29		9	6
PB	38	27816							
PE	67	43268	1			4			
PI	33	1741				6			
RN	16	3112		1					
SE	69	12348							
Subtotal	693	270976	6	8	1	58		24	27
Norte									
AC	88	27236				30	19	31	
AM	54	46472	6	3		22			1
AP	46	8752	1			2			
PA	196	136267	12	5		39	1	20	3
RO	106	54875	1			18		20	1
RR	31	50136				1			
TO	50	10620				4	2		
Subtotal	571	334358	20	8		116	22	71	5
Sudeste									
ES	42	20229							
MG	187	43024			28	4		6	19
RJ	13	1548							
SP	42	25476	1	2		2		1	
Subtotal	284	90277	1	2	28	6		7	19
Sul									
PR	76	18597	1			3			3
RS	14	430							
SC	18	42825							
Subtotal	108	61852	1			3			3
Brasil	1833	859023	32	30	32	201	24	107	82

Os indígenas são os inimigos

Conflitos no Campo Brasil 2019, pela primeira vez, traz um texto escrito por uma indígena, Sônia Guajajara. Sônia é do povo indígena Guajajara, do Maranhão. Ela faz parte da Coordenação Executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – APIB.

No seu texto ela mostra os ataques que foram feitos aos direitos dos povos indígenas neste primeiro ano do governo Bolsonaro.

Ela diz: “desde a posse de Jair Bolsonaro na presidência da República, em janeiro de 2019, sofremos uma intensa e grave ofensiva contra os direitos dos povos indígenas no Brasil.”

O principal foco dos ataques são os territórios tradicionais, para permitir a exploração de madeira, minério, expansão agrícola de fazendas, ou especulação imobiliária.

Os povos indígenas, pode-se dizer sem medo de errar, foram os que mais sofreram ataques em 2019.

Os dados da CPT comprovam isto: Eles estiveram envolvidos:

verdade, o agronegócio.

Como o presidente havia dito que não demarcaria nenhuma terra indígena, “para começar a pôr em prática a sua decisão, transferiu a FUNAI para o Ministério de Direitos Humanos, da Mulher e da Família, e a demarcação de Terras Indígenas para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)”.

A reação dos povos indígenas e de entidades de apoio conseguiram que o Congresso Nacional, não aprovasse tais mudanças.

O governo, porém, manteve seu propósito. Passado um ano, nenhuma Terra Indígena foi demarcada.

Bolsonaro classifica de “exagerada” a extensão das Terras Indígenas e defende sua exploração econômica.

algum projeto afeta seu território, como reza a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Estado brasileiro;

- o direito ao atendimento adequado à saúde indígena. A Secretaria Especial

(ONGs) que atuam junto a eles.

Elas são acusadas de manipular e explorar os indígenas para reivindicar terras e o direito à autodeterminação, tornando-se obstáculo ao plano do governo de integrar estes povos à sociedade brasileira.

O presidente também acusa os governos anteriores de terem alimentado uma “indústria da demarcação”, responsável pelo “atraso” de algumas regiões do país.

Ataques no Congresso Nacional

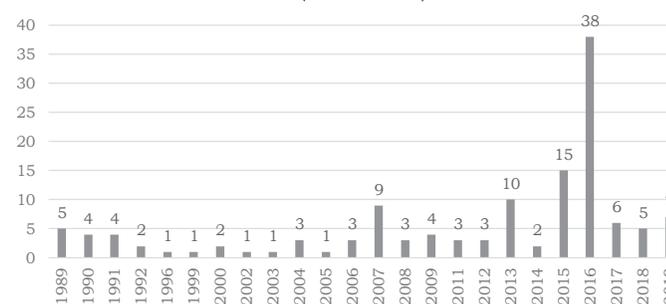
Os ataques aos povos indígenas, porém, não provêm só do presidente e seus

ministros.

No Congresso Nacional pipocam projetos de lei que tentam cercar os direitos indígenas.

O gráfico abaixo, elaborado pela equipe do professor Marco Antônio Mitidiero, da Universidade Federal da Paraíba, mostra a cada ano os projetos que agridem estes direitos. São 148 propostas e projetos que se intensificaram a partir de 2015 quando se tramava o golpe para destituir a presidenta legítima do Brasil.

Gráfico 5 - Distribuição das proposições em tramitação que ferem Territórios e Povos Indígenas, por ano (1989 a 2019)



Fonte dos dados: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Frente Parlamentar da Agropecuária, 2018. Org. Moisés, Brenna.



Foto: Andressa Zumpano

de Saúde Indígena (SESAI) sofre ataques e retrocessos, com redução de orçamento para suas atividades. O governo quer passar para os municípios o atendimento à saúde indígena. E o mais grave, cogita a possibilidade de contratar empresas para cuidar da saúde indígena;

- extinguiu todos os colegiados ligados à administração pública federal, afetando a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena e o Fórum de Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena (FPCondisi).

Numa palavra, Bolsonaro não quer diálogo com os povos indígenas.

Indígena contra indígena

Uma das estratégias deste governo está sendo a de colocar indígena contra indígena. Ele tem nomeado indígenas sem ligação com os movimentos e sem nenhuma experiência na área da gestão pública para órgãos responsáveis pela execução das políticas indígenas.

Em muitos casos, são indígenas aliados às causas que violam direitos dos povos indígenas.

As ONGs indigenistas

O presidente não tem atacado somente os povos indígenas, nas também Organizações Não Governamentais

em **244** ocorrências de conflito por terra, 20% do total;

9 indígenas foram assassinados dos quais 7 eram liderança, O maior número de lideranças indígenas assassinadas nos últimos 11 anos.

9 sofreram tentativas de assassinato;

39 foram ameaçados de morte;

11 agredidos;

10 feridos;

e **16** foram intimidados de alguma forma.

De cada três famílias em conflito por terra uma era indígena, 49.750 famílias indígenas do total de 144.742 famílias, 34%.

Foi a categoria com o maior número de famílias envolvidas na luta pela terra.

320 famílias indígenas foram expulsas pelos ‘donos’ da terra, 31% do total de famílias expulsas;

930 foram despejadas pela justiça, 9%;

26.621 sofreram alguma forma de invasão ou de terras ou de casas, 67% das 39.697.

O DESMONTE DA FUNAI Impedir a qualquer custo a demarcação de terras indígenas

Sônia mostra como a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, que tem como missão proteger e promover os direitos dos povos indígenas no Brasil, foi colocada nas mãos de ruralistas. Assim, em vez de defender os índios, defende, na

Isso tem estimulado invasões e desmatamento por madeireiros, garimpeiros e grileiros.

Ataque a outros direitos

Sônia mostra como o governo não respeita:

- O direito dos povos indígenas à consulta prévia, livre e informada quando

O impacto na vida dos povos indígenas

Sônia conclui que essas violações fazem aumentar “os conflitos, as violências e as práticas de racismo, resultando em verdadeiro genocídio, etnocídio e ecocídio contra os povos indígenas.”

“Até hoje persistem práticas e concepções coloniais que buscam extinguir física e/ou simbolicamente os povos indígenas”.

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2019

Amazônia: violência dispara

Como em anos passados, a Amazônia Legal é onde se concentram os maiores números dos conflitos e da violência no campo.

Mas, em 2019, a situação se agravou. Basta ver o quadro abaixo:

Variável	Total Brasil 2019	Amazônia 2019	%	Amazônia 2018	% em relação a 2018
Conflitos por terra	1.254	748	60	638	17
Famílias envolvidas	144.742	102.734	71	75.447	36
Famílias expulsas	1.044	295	28	1.387	-79
Famílias despejadas	10.362	5.877	57	3.223	82
Casas destruídas	1.826	735	40	2.428	-70
Roças destruídas	2.212	809	37	470	72
Bens destruídos	5.774	2.538	44	1.624	56
Pistolagem	10.171	5.945	58	4.598	29
Invasão	39.697	33.202	84	21.461	55

Em relação a 2018, crescimento de:

17% no número de conflitos por terra;

36% no número de famílias envolvidas;

82% no de famílias despejadas;

56% nos bens destruídos;

72% nas roças destruídas;

29% no número de famílias ameaçadas por pistolagem;

55% no número de famílias que sofreram algum tipo de invasão de sua casa ou posse.

Houve diminuição no número de famílias expulsas e de casas destruídas. Pior. Na Amazônia, se concentraram em 2019:

84% dos assassinatos, 27 de 32;

73% das tentativas de assassinato, 22 das 30;

79% dos ameaçados de morte, 158 pessoas de um total de 201.

O que nos dizem estes números?

Um belo texto de Eliane Brum, em *Conflitos no Campo Brasil 2019*, nos ajuda a entender a lógica de toda esta violência na Amazônia e as drásticas consequências sobre a vida do povo.

Por trás da violência, a grilagem. De ladrão a 'cidadão de bem'

Diz a autora: Grileiros são grandes ladrões de terras públicas.

No campo, eles agem com pistoleiros para "limpar" a área de árvores e humanos.

No mundo dos papéis, cooptam de funcionários públicos a donos e funcionários de cartórios. Assim forjam documentos para se apossar da terra e poder vendê-la.

Está havendo, porém, um grande processo de transformar o grileiro em "cidadão de bem".

As medidas que os diferentes governos foram tomando com o discurso de regularização fundiária na Amazônia é uma "legalização do crime e a premiação dos criminosos, o grileiro em breve já não precisará cooptar nenhum funcionário público. O crime vai se convertendo em lei. Seguindo o caminho das milícias cariocas, a grilagem na Amazônia vai deixando de ser um poder paralelo com ramificações no Estado para se tornar o próprio Estado."

"Em resumo: você rouba do patrimônio público, destroi a floresta amazônica e, um ano depois, vira latifundiário legalizado e vai gozar a vida como 'cidadão de bem'."

Alguns mortos dão mais trabalho do que vivos

O texto de Eliane deixa claro que "os grileiros aprenderam algo com a execução de Dorothy Stang". Por isso mudaram alguns métodos de operação:

- A eliminação de trabalhadores passou a acontecer na zona urbana para dificultar a relação com conflitos pela terra;
- em vez de matar os mais conhecidos, abrir processos contra eles, prender, destruir sua reputação.

Foi o que aconteceu, em 2018, com o Padre Amaro, de Anapu. Foi transformado em morto-vivo, pois lhe cercearam a mobilidade e a atuação.

Foi o que se tentou fazer, em 2019, "com os quatro brigadistas em Alter do Chão, também no Pará, presos pela acusação estapafúrdia de provocarem incêndios. Matar quatro jovens de classe média alta de São Paulo poderia ser complicado, mas criminalizá-los cumpre o efeito de paralisá-los e dar exemplo a outros que estejam pensando em atuar contra a devastação da floresta."

Os efeitos do medo

Os grileiros compreenderam que "aterrorizar pode ser mais eficiente e deixa menos rastros. Além disso, chama menos atenção. O medo passou a ser um elemento tão presente no cotidiano quanto o ar para muitas lideranças e camponezes. Quem já viveu com medo sabe que respirar o medo junto com o oxigênio é uma das sensações mais aniquiladoras que existe. Se a pessoa está consciente, ela sabe que está viva porque sente medo. Dormir, passar ao esquecimento necessário para a recomposição do cérebro e do equilíbrio, vai se tornando impossível, porque o temor é não acordar deste sono. Não é a 'pequena morte' da qual falavam os filósofos.

É morte."

"É assim que muitas lideranças, agricultores familiares, indígenas, quilombolas e ribeirinhos têm vivido na Amazônia."

O medo pode ser a explicação para a diminuição de ocupações de terra e acampamentos, como *Conflitos no Campo Brasil 2019* mostra.

Bolsonaro e o projeto de "humanização" dos indígenas

O que Bolsonaro quer dizer quando repetidamente afirma que "O índio é ser humano como nós"?

Foto: Juliana Pesqueira



Diz Brum: "a extrema-direita representada por Bolsonaro não nega o indígena explicitamente, e sim afirma uma suposta igualdade do indígena ao branco. Não para que os indígenas mantenham seus direitos constitucionais, mas exatamente para que os percam, ao 'conquistar o direito' de comercializar suas terras com os brancos, porque é isso que, segundo Bolsonaro, todos os 'humanos' querem. Mas, ele avisa: 'Os índios não querem ser latifundiários'. Então ele será um humano arrendatário e humano que vende a terra para ir morar na periferia da cidade."

Uma das principais missões de Bolsonaro é justamente abrir essas terras públicas para a exploração e os lucros privados.

O "nós" de Bolsonaro é "nós, os brancos, que tratamos a floresta, a terra e tudo o que está nela como commodity". Essa é a ideia que sustenta a "evolução" dos indígenas para "um humano como nós". Como a maioria dos povos indígenas se percebe e se afirma como parte da natureza, para que o projeto de explorar a floresta siga adiante é preciso mudar essa relação, afirmando-a como um entrave à integração à sociedade dominante, que representaria a humanidade "verdadeira".

CONFLITOS NO CAMPO BRASIL 2019

A função social da propriedade

A Constituição brasileira facultou à União Federal desapropriar uma terra que não cumpra a função social. Isto é, quando o proprietário:

- **age de forma nociva ao meio ambiente;**
- **não cumpre as leis para com os trabalhadores;**
- **não promove o bem estar;**
- **ou quando simplesmente não usa a terra, a propriedade poderá ser desapropriada.**

Na Assembleia Nacional Constituinte este tema provocou debates intensos e a participação popular foi grande.

Houve um grande avanço legal. As elites dominantes não gostaram.

O professor Carlos Marés, que foi procurador Geral do Incra e presidente da Funai, analisa o que tem acontecido em relação à função social da propriedade no texto Judicialização e Reforma Agrária, no *Conflitos no Campo Brasil 2019*.

O professor diz que as elites dominantes, diante do fato de que se aprovava este avanço, resolveram dificultar sua aplicação.

Vírus da ineficácia

Quem lê a Constituição pode imaginar que a propriedade será perdida se o proprietário não cumprir a obrigação da função social.

Para que não houvesse essa interpretação, a elite latifundiária introduz o vírus de ineficácia em cada afirmação da Constituição. Eram armadilhas e artimanhas sutis que impediam sua interpretação literal.

Algumas dessas armadilhas:

Não foi introduzida norma legal que possibilitasse ao Estado declarar a nulidade ou inexistência de um título de propriedade cuja terra não estivesse cumprindo a função social; acrescentou-se que uma lei complementar deveria estabelecer os “graus e exigências” para dizer quando e como a propriedade cumpre ou não sua função social; estabeleceu que só a União Federal poderia promover a de-

sapropriação de glebas que não cumprissem a função social.

Com essas armadilhas:

- os Tribunais ficaram impedidos de aplicar a Constituição;
- as leis complementares foram sendo produzidas para o não cumprimento da função social que a Constituição estabelecia.

Assim a Reforma Agrária ficou quase impossível e irrealizável. Poderia ser feita apenas em terras públicas, devolutas (o que não é reforma agrária, mas colonização), e nos latifúndios improdutivos segundo critérios muito baixos de produtividade.

Em relação às terras devolutas houve uma crescente facilitação para o grande capital ir se apropriando delas, ainda que ilegalmente, o que culminou com a Medida Provisória nº 910/2019.

Todo o avanço que a Constituição trouxe foi travado pelos ruralistas no Legislativo e Judiciário.

A flexibilização do processo civil

O Judiciário foi interpretando

as leis do Código do Processo Civil ao gosto dos ruralistas.

Para privilegiar o proprietário:

Passou a aceitar ações contra quem quer que esteja ocupando uma propriedade sem citar o nome de cada uma, como a lei das ações possessórias exigia; aceitou que a apresentação de um título registrado em cartório, era uma prova superior ao fato da posse de um grupo de pessoas que estivessem na propriedade fazendo-a produzir; passou a exigir formalismos excessivos para abertura de procedimentos de desapropriação por interesse social para fins de Reforma Agrária.

O processo civil acabou se tornando garantia da propriedade latifundiária da terra, legítima ou não, com ou sem cumprimento da função social, contra a Reforma Agrária.

Com isso, despejos arbitrários e cada vez mais rápidos se sucederam. A função social da propriedade nunca é analisada nas ações que resultam em despejo.

Para se ter uma ideia de como se conseguiu deturpar o espírito da Constituição é só prestar atenção em detalhes:

O Novo Código do Processo Civil, promulgado em 2015, usa a expressão Função Social da Propriedade apenas duas vezes. Na Constituição a expressão aparece oito vezes.

O novo Código, para facilitar a vida dos proprietários, considera suficiente citar um ocupante, não todas as pessoas como estava no anterior, para dar início a uma ação.

Os tímidos avanços nas leis ao chegarem ao Judiciário são transformadas em letra morta.

No processo penal

O professor constata que o Poder Judiciário, na defesa da propriedade latifundiária da terra e de interesses ligados ao agronegócio e à agricultura industrial, tem usado o Direito Penal para criminalizar lideranças e desestruturar movimentos..

Inquéritos e prisões arbitrárias contra camponeses e sem terra são utilizados para apurar depois a existência de crime.

Por outro lado, os crimes contra os camponeses e sem terra ficam impunes.

A prática judicial tem a violência e o retrocesso como resultado, diz Marés.



Foto: Amanda Costa - CPT Nacional

Impunidade, o diagnóstico de uma balança viciada

O banco de dados da CPT, que faz o acompanhamento dos conflitos e da violência no campo brasileiro contra povos indígenas e as diversas categorias de camponeses, tem um registro impressionante.

Entre 1985 e 2019 houve 1.496 ocorrências de assassinatos de camponeses e camponesas com 1.973 vítimas. Destas 1.496 ocorrências, somente 120 foram julgadas. Foram condenados: 35 mandantes, 106 executores. Foram absolvidos: 19 mandantes e 204 executores.

O que estes dados revelam é que a impunidade fomenta o ciclo de violência no campo. É o que nos mostra o advogado maranhense Diogo Cabral, no texto presente no *Conflitos no Campo Brasil 2019*, Não sejamos cúmplices! Violência e impunidade no campo em 2019.

Criminalização x imunização

O autor afirma que o sistema de justiça brasileiro tende a consolidar o entendimento que criminaliza movimentos sociais e povos do campo, ao passo que imuniza as ações criminosas de grileiros, empresários rurais, o que reforça estruturas sociais de desigualdade, apoiadas pelo Estado e suas instituições.

É uma violência articulada entre público e privado, que tem como objetivo claro e preciso, segundo o advogado paraense Jerônimo Treccani, “desarticular os movimentos de trabalhadores rurais que resistiam e lutavam pela manutenção e regularização de suas posses, assassinando preferencialmente lideranças sindicais e os aliados da luta dos trabalhadores, isto é, advogados e religiosos”.

Diogo pontua que assassinatos de indígenas, 9 em 2019, e suas lideranças,

se inserem no contexto de ataque generalizado promovido pelo governo Bolsonaro contra povos indígenas, com o enfraquecimento dos órgãos de proteção e fiscalização indígena e ambiental, como a Funai e o Ibama, o estímulo às atividades garimpeira, de mineração e a ampliação das fronteiras agrícolas sobre as terras indígenas.

Um padrão dos homicídios no campo

O autor enxerga nos homicídios do campo um padrão fixo:

- Omissão dos órgãos fundiários federais (INCRA/FUNAI) e estadual quanto ao conflito agrário;
- formação de quadrilhas de grileiros, garimpeiros, madeireiros;
- contratação de pistoleiros, ou milícias armadas, ou empresas de segurança;
- inquéritos policiais viciados ou que sequer foram instaurados; denúncias mal elaboradas pelo Ministério Público;
- processos judiciais que se arrastam há décadas sem qualquer julgamento; parcialidade de magistrados.



Foto: Andressa Zumpano

Balança viciada

Segundo Diogo, há um impressionante desrespeito às leis por parte de todas as instâncias que compõem o sistema de justiça criminal, mormente no que diz respeito aos prazos legais que o Código de Processo Penal fixa para a conclusão do inquérito policial ou para o oferecimento da denúncia penal pelo Ministério Público.

Daí que assassinatos praticados no contexto rural raramente são solucionados, ainda mais quando as vítimas são lideranças camponesas, indígenas, quilombolas, pequenos agricultores.

As raras condenações revelam claramente os estreitos laços que unem o público e o privado, no meio rural brasileiro.

O professor Carlos Marés aponta o que mantém e alimenta a impunidade:

“A impunidade não se dá apenas porque não há ação policial adequada, mas também porque o Judiciário age com todo o formalismo que o processo penal exige. Quer dizer, a fraca ação policial gera a possibilidade do formalismo processual não atingir a punição dos responsáveis, principalmente quando acompanhados por eficientes advogados. Esta situação de impunidade de mandantes e executores contrasta com a criminalização das lideranças e dos movimentos sociais. As ações de milicianos, jagunços e matadores e seus mandantes têm sido frequentes e a puni-

ção, ou mesmo a investigação pelas polícias, tem estado muito aquém da necessidade social, servindo como incentivo à ação criminosa. Portanto a balança da Justiça pende fortemente para um lado e a venda que deveria encobrir seus olhos está visivelmente diáfana.”

Histórico de arquivamento de processos

Diogo ressalta que a análise dos conflitos deixa evidente que há um gravíssimo histórico de arquivamento ou indefinição de inquéritos e processos, uma intensa relação de promiscuidade entre as forças de segurança pública, grupos criminosos e proprietários de terras e a incapacidade do aparato estatal para conduzir as investigações de homicídios em contexto de conflitos agrários.

A impunidade no campo envolve uma multiplicidade de agentes públicos e privados, com profundo comprometimento do Poder Judiciário, em benefício dos interesses ligados à propriedade da terra.

Conclui o autor: “Estamos diante de um aparato estatal que é conivente com o assassinato de lideranças e com a impunidade dos mandantes e executores, que patrocina a perseguição política, a violência bruta e a humilhação dirigida a grupos específicos, com maior relevância para os povos e comunidades tradicionais”.

Pistolagem parlamentar

Nos conflitos no campo é muito comum grileiros e os ditos 'proprietários' lançarem mão da contratação de pistoleiros para proteger a propriedade e expulsar quem a estiver ocupando. Outro caminho que usam é o do Congresso Nacional. Deputados e senadores que se elegeram apoiados e financiados por grileiros, fazendeiros, empresários, ou eles mesmos nesta condição, são acionados a apresentarem projetos de lei que defendam os seus interesses e que são nocivos aos homens e mulheres do campo e à natureza. Bem que se poderia qualificar esta ação como Pistolagem Parlamentar. Porque é uma forma de agredir os direitos dos povos indígenas, dos camponeses em geral e da natureza. É uma ação tão nefasta quanto a de pistoleiros. E até maior porque afeta um número muito maior de pessoas. Desde 2016, Conflitos no Campo Brasil tem contado com o professor Marco Antônio Mitidiero e sua equipe da Universidade Federal da Paraíba para analisar a ação dos parlamentares contra os direitos dos povos do campo e contra a natureza.

As mudanças no parlamento

No ano de 2019, os autores analisaram como ficou a composição da Câmara Federal e do Senado, após as eleições de 2018. 268 novos deputados foram eleitos e 85% das 54 vagas que estavam em disputa no Senado foram renovadas. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), esse congresso “será mais liberal na economia, mais conservador nos costumes, e mais atrasado em relação aos direitos humanos e meio ambiente do que o atual (...) será o mais conservador desde a redemocratização”.

As bancadas

Mais de 30 partidos têm representantes no parlamento. Mas, ali são formadas as chamadas bancadas temáticas, que reúnem deputados e senadores dos mais diversos partidos em torno a algum interesse específico.

Às bancadas conhecidas como BBB: do Boi (ruralistas), da Bala (fabricantes de armas, militares e policiais) e da Bíblia (evangélicos neopentecostais) podem ser acrescentados outros dois B: o B de Bula, a bancada dos remédios e dos agrotóxicos e o B dos Bancos.

A Bancada Ruralista há tempo vem ditando muito mais do que a política agrícola e agrária, ou seja, toda a política. Forma hoje uma super bancada composta por 285 parlamentares (247 deputados e 38 senadores).

Os projetos apresentados

Na pesquisa que os autores fizeram, constataram que de 2015 a 2019 houve uma intensificação de ataques à natureza e aos direitos dos camponeses.

Em 2015, o Congresso passou a articular o golpe que tirou a presidenta Dilma, substituída por Temer, em 2016.

“Neste período de intensificação dos ataques não foram apenas novos projetos que surgiram, mas também, o desarquivamento de propostas conser-

vadoras que já existiam e o apensamento de propostas. Isso quer dizer que aquelas que versam sobre o mesmo tema podem ser juntadas independentemente de seu objetivo, se progressista ou conservador”, dizem os autores.

No gráfico 1 são elencados 202 projetos que atacam os direitos dos povos do campo, apresentados a partir de 1990, mas ainda ‘vivos’.

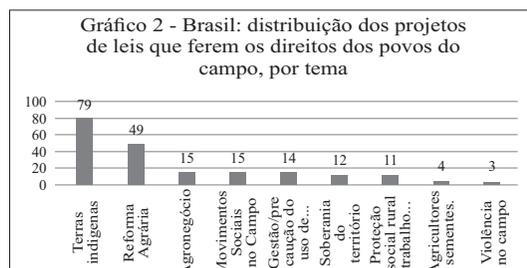


Fonte dos dados: Câmara dos Deputados, Frente Parlamentar da Agropecuária, Senado Federal (2019). Org. Martins, Lucas

A média anual de projetos que ataquem os povos do campo entre 2015 e 2019 é de 23. A média dos cinco anos anteriores, 2010 a 2014, era de 6,6.

Entre 2015 e 2019, os ruralistas sentiram o deleite de que tudo podiam, porém, como não sabiam até quando duraria esse período, aproveitaram para propor e desarquivar a maior quantidade possível de projetos de lei em seu favor.”

O gráfico 2 distribui os projetos por temas: destruir a possibilidade de realização da reforma agrária, expulsar as comunidades indígenas e quilombolas e garantir a liberação e envenenamento do território.



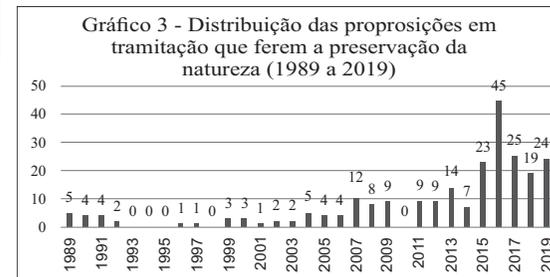
Fonte dos dados: Câmara dos Deputados, Frente Parlamentar da Agropecuária, Senado Federal (2019). Org. Martins, Lucas

O maior número de projetos (79) é contra as terras indígenas. Para barrar a reforma agrária são 49.

A natureza sob ataque

Também foram analisadas propostas de lei que visam fragilizar ou destruir leis de proteção da natureza. São 245. Mais da metade, 136, foram apresentadas entre 2015 e 2019.

Uma avalanche de tentativas para destruir a proteção ao meio ambiente, para explorar terras indígenas protegidas e inalienáveis, para implodir sistemas de proteção ambiental e por mais liberação de agrotóxicos.



Fonte dos dados: Câmara dos Deputados, Senado Federal, Frente Parlamentar da Agropecuária, 2018. Org. Moisés, Brenna.

Três projetos diabólicos em 2019

Os autores analisam mais detalhadamente três projetos, apresentados em 2019, que denominam de diabólicos.

PEC - 080/2019

O primeiro é a PEC 80 que propõe alterar “os artigos 182 e 186 da Constituição Federal para dispor sobre a função social da propriedade urbana e rural”. Condiciona a desapropriação da propriedade à prévia autorização do poder legislativo ou decisão judicial, com indenização pelo valor de mercado.

A proposta, na verdade, quer eliminar o estatuto da função social da propriedade garantido pela Constituição.

MP 910/2019

A Medida Provisória 910/2019, proposta pelo Presidente da República, versa sobre uma nova legislação para a regularização fundiária em terras da União. Está sendo conhecida como MP da Grilagem. Poderá ser regularizada área ocupada até 2018.

É um prêmio para quem desmatou áreas públicas, pois o desmatamento passa a ser uma prova de ocupação.

PL 2362/2019

É um projeto de ataque à natureza. “Revoga, no código florestal, as áreas de reserva legal, a fim de possibilitar a exploração econômica dessas áreas”.

Dizem os autores da proposta que a lei atual colide com o direito de propriedade,

este muito mais que sagrado.

É o “dia do fogo” com toda a liberdade.

Foto: Juliana Pesqueira



CAÇA NÚMEROS

- 1.833 é o total de conflitos no campo em 2019
- 1.254 é total de conflitos por terra
- 1.206 é total de conflitos em que houve violência contra comunidades
- 489 é o total de conflitos por água
- 1.301 foi o número de manifestações
- 142.788 é o número de famílias que sofreram alguma violência nos conflitos por terra
- 49.750 é o número de famílias indígenas que sofreram violência nos conflitos por terra
- 1.059 é a media de conflitos por terra entre 2016 e 2019
- 488 número de conflitos por terra na região Norte
- 174 é o número de conflitos por terra no Maranhão
- 3.460 foi o número de famílias despejadas no Centro-Oeste
- 102 é o número de mulheres que sofreu algum tipo de violência

1	0	9	5	4	4	8	8	0	3
7	8	7	2	2	0	1	3	0	1
9	9	3	4	6	6	8	0	4	8
5	4	3	3	0	4	5	6	5	0
3	1	5	9	2	3	5	7	2	9
2	3	7	2	1	0	0	0	3	3
1	2	5	4	2	1	5	1	4	4
3	6	4	0	8	5	7	6	0	0
1	2	3	4	6	9	9	4	1	2
1	2	1	4	4	7	4	2	4	3

PALAVRAS CRUZADAS

→ 1	↓	↓ 4	↓ 5	↓ 6	↓ 8	↓ 10		↓ 14		
		→ 2						→ 3		
→ 4							↓ 12	→ 5		
		→ 6							↓ 15	
			→ 7				→ 8			
→ 9	↓ 2						→ 10			
→ 11					↓ 9	↓ 12	↓ 11			
	→ 13									← 14
→ 15	↓ 3					→ 16				← 17
							← 18	→ 19		
→ 20				↑ 7			↑ 13		→ 21	↑ 16

VERTICAIS

- 1 Território cubano ocupado pelos Estados Unidos
- 2 Resina Preta
- 3 Poder, energia, força
- 4 Prover, fornecer
- 5 Um dos três Poderes da República
- 6 Esticar
- 7 Transpirar
- 8 Estrado de varas sobre forquilhas cravadas no chão e que serve para guardar utensílios
- 9 Tambor achatado usado nas bandas de música
- 10 Atmosfera
- 11 Inchaço
- 12 Pretendem
- 13 Temor
- 14 Conjunto de estados do Norte brasileiro.
- 15 Piadas.
- 16 Pessoas contratadas para matar.

HORIZONTAIS

- 1 Povo indígena do Maranhão
- 2. Tocar levemente
- 3. Parte dos membros superiores do corpo humano
- 4. Que não é profissional
- 5. Imperativo do verbo ir
- 6. Marcaí, indicai
- 7. Controladoria Geral da União
- 8. Unidade de medida de intensidade de Som
- 9. Série de arbustos ou árvores dispostas lado a lado, em fileira.
- 10. Pequeno aro que se usa num dos dedos.

- 11. Substância dura, irisada, rica em calcário, produzida por alguns moluscos no interior de sua concha, que é utilizada em bijuteria e marchetaria
- 12. Que infunde medo ou temor.
- 13. Segundo bioma mais extenso do Brasil
- 14. Corda com que uma embarcação reboca outra; sirga.
- 15. Nome comum de mulher
- 16 - Vermelho (inglês)
- 17. Substituição tributária do ICMS
- 18. Moveu a embarcação com a força dos braços e um instrumento.
- 19. Interjeição de dor
- 20. O que vereadores e deputados fazem.
- 21 São Paulo..

O conflito de cada dia nos dai hoje

A companheira, pastora Nancy Cardoso, nos presenteou com um belo texto para entender o que são os conflitos na vida do povo e sobre a importância de se fazer memória deles. Vamos acompanhar o que escreveu.

O Conflito é expressão de inquietude

Atrás de cada conflito existe um profundo processo de afirmação da vida, de direitos e de Deus. Atrás de cada conflito existe um tempo apertado de avaliar a vida, tomar decisão e de criar respostas contra a desigualdade, a violência e a negação de cidadania e de pertença a um território. O conflito é aquele clarão, aquela luz que surge do atrito inteligente, de sabedorias antigas que precisam se dizer de novo, de gente que se recusa a aceitar a paz dos fortes e poderosos. O conflito é a gente pobre querendo ter vez, ter voz, lugar. É a noite escura dos pobres – homens e mulheres – apressando a luz do Dia de Deus.

O conflito é expressão de inquietude; NÃO é o fator que gera desarmonia, desequilíbrio e morte. Ao contrário, o conflito é justamente o estranhamento, a compreensão e a denúncia das estruturas de segregação e de morte e a afirmação da vida. Pessoas e comunidades que sabem que têm direitos, que sabem que a terra e a água são bens comuns, que sabem que o mundo é para ser partilhado, que existem limites a serem respeitados e cuidados necessários para refazer a vida. A resposta violenta e desagregadora das elites que concentram terra, riqueza, oportunidades e poder quer negar esta capacidade e direito das maiorias pobres a des-naturalizar a pobreza e a desigualdade. Nesse momento, o conflito criativo e libertador é configurado como subversão e legítima a violência contra os pobres, a terra e a resistência.

Nesse sentido, o conflito é saúde e criatividade. Uma inteligência sobre as relações desiguais de poder, afirmação de fé de que somos iguais e que podemos ser melhores. O conflito é abertura dessa pergunta necessária sobre a vida e a história. E por isso só quem conhece,

experimenta e convive com a noite escura dos pobres pode entender o conflito como lugar especial da experiência de Deus. E de Pastoral.

Caim e Abel, o primeiro conflito

Nancy reflete sobre a narrativa de Caim e Abel (Gênesis 4). Entende que o texto faz a memória dos modos de ida, trabalho e das relações com a divindade. Abel era pastor de ovelhas e Caim cultivava o solo.

Os dois apresentam ofertas a Deus. Caim os produtos do solo e Abel seus animais. Deus se agrada de Abel, não de Caim.

Por que Deus preferiu Abel e sua oferta?

Segundo Nancy, o texto foi escrito quando já havia processos de acumulação. Alguns tinham terra e outros deviam trabalhar para os donos da terra. Havia exploração do trabalho. Caim representaria no caso os que tinham terra.



Foto: Thomas Bauer

Abel, por sua vez representaria os que sobreviviam de pequenas lavouras e do pastoreio de animais.

Caim fica enfurecido e de cabeça baixa! Deus diz: "Se você agisse bem andaria com a cabeça erguida. Mas como não age bem... o pecado está junto à porta, como fera acuada. Será que você pode dominá-la?" (Gênesis 4, 6 e 7).

Caim foi reprovado. Ele não suporta conviver sem a legitimação divina. Chama Abel para o campo e o mata!

Deus reaparece no texto fazendo a pergunta criadora do mundo: ONDE ESTÁ SEU IRMÃO?: O que você fez? Ouço o sangue de seu irmão clamando da terra para mim!

Este é um dos textos mais exigentes de nossa tradição. Um diálogo: Deus, o irmão violento e o irmão violentado que fala como sangue derramado na terra. Esta radicalidade de Deus que prefere, que avalia, que faz as perguntas difíceis atravessa toda a memória bíblica, se atualiza em Jesus – que prefere a oferta da viúva pobre e radicaliza na ação contra os cambistas no templo.

Uma Pastoral que assume o conflito como lugar de discernimento faz esta escolha e faz de seus rituais, metodologias e prioridades afirmação teológica que recusa a "oferta" dos poderosos, denuncia sua incapacidade de gerar paz e justiça e amplifica a pergunta do sangue derramado na terra: onde está sua irmã? onde está seu irmão?

No texto do Gênesis a morte de Abel vai ter desdobramentos importantes. A memória de Abel vai ser mantida no seguimento da genealogia. O texto se recusa a esquecer Abel e vai projetar na história seu nome (Gênesis 4, 25).

Manter a memória, tarefa pastoral

Esta é a tarefa também da Pastoral: fazer memória dos conflitos, não deixar que nenhuma história se perca, que os nomes das pessoas e lugares não sejam esquecidas. Nenhum conflito é pequeno demais, nenhum lugar é indiferente. Por isso fazer a memória, documentar, publicar, socializar é tarefa teológica e pastoral importante.

É tarefa pastoral também denunciar os violentos, nomear os governos, polícia, milícias, juízes, latifundiários e agiotas do agronegócio, da mineração, das barragens assassinas: Deus rejeita vocês! as ofertas de vocês não são aceitas!

... o pecado está junto à porta, como fera acuada... e vocês não podem dominá-la?

A lida com os conflitos exige da CPT o contínuo discernimento metodológico: não deixar que os poderosos definam a luta do povo como violência, não deixar que o povo mesmo não entenda seu potencial criador, gerador de conflito que move a luta, o conflito que aciona alternativas, redefine poderes... constrói comunidade.

A partir dos conflitos no campo a CPT aprende e ensina, fortalece e organiza e pode contribuir na construção de alternativas populares de paz com justiça. Esta nossa fidelidade junto aos pobres da terra.

Assine ou renove sua assinatura

Nome: _____

Endereço: _____

Exemplares: _____

Assinatura anual:

- Brasil R\$ 10,00
 Para o exterior US\$ 20,00

Pagamento pode ser feito através de depósito no Banco: Caixa Econômica Federal, Agência: 4520 - Conta Corrente: 386-0 - Comissão Pastoral da Terra
 CNPJ: 02.375.913/0001-18
 Informações cpt@cptnacional.org.br

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA

Secretaria Nacional: Rua 19, nº 35, Ed. Dom Abel, 1º Andar, Centro.
 CEP 74.030-090 – Goiânia, Goiás

CORREIOS
 Mala Direta
 Postal Básica

9912277124-DR/GO
 COM. PAST. DA TERRA

IMPRESSO

VIA AÉREA